

## Capítulo 3: O Estatuto Renovado do Ato

O ato é falho porque o sujeito se intromete.

Graciela Brodsky

### 3.1. Das Faces de Ato e de sua Não Plenitude

Vimos no capítulo anterior como o caso Aimée é ilustrativo no que se refere à conexão entre passagem ao ato e angústia. Antes de nos despedirmos de Aimée, a retomaremos ainda neste capítulo com o propósito de apresentar e desenvolver algumas teses de Lacan relativas ao estatuto do ato. A referência principal para a demonstração dessas teses será o décimo quinto seminário de Lacan: *O Ato Psicanalítico* (1967-68). Isso porque o ato analítico é tido por Lacan como o mais apropriado para lançar luz sobre o tema do ato<sup>1</sup>. Será, portanto, a partir desse conceito e da teoria que se desenvolve a partir dele que as diversas formas de ato serão reconsideradas por Lacan.

A perspectiva de leitura que nos guiará nesse seminário, contudo, será antes, a que se coaduna mais especificamente com a clínica do ato, através da qual pretendemos continuar nossa pesquisa em torno dos conceitos de ato, *acting out*, passagem ao ato, angústia, etc., do que a que diz respeito ao ato analítico propriamente dito<sup>2</sup>. O ato falho não ficará de fora desse grupo de conceitos. Muito pelo contrário, aparecerá aqui com toda a força que lhe é própria desde o reconhecimento que lhe foi concedido por Freud. Assim, pretendemos explorar o que aproxima e o que distingue essas múltiplas variantes do ato.

Este capítulo apresenta uma disposição um pouco diferente da dos anteriores. Os subtítulos que dividem sua primeira seção introduzem aquilo que identificamos como cinco teses fundamentais a respeito do ato, extraídas da nossa leitura do décimo quinto seminário de Lacan. Acreditamos que, uma vez

---

<sup>1</sup> Essa idéia é manifesta por Lacan no seminário XV, assim como no resumo do seminário *O Ato Psicanalítico*. Nesse, encontramos a seguinte afirmação de Lacan: “o ato psicanalítico parece apropriado a reverberar com mais luz sobre o ato, por ser ato a ser reproduzido pelo próprio fazer que ele ordena” (Lacan, 2003 [1967-68]: 371). Naquele, ver lição de 20/03/68.

<sup>2</sup> Graciela Brodsky sugere três perspectivas possíveis de leitura do Seminário XV. A primeira, a que nos interessa, estaria de acordo com a clínica do ato; a segunda com o ato do analista na sessão e a terceira com o ato de Lacan. Cf. Brodsky, 2004: 23.

demonstrado o valor de cada uma dessas teses, teremos dado uma primeira volta no circuito desse seminário, guiados pela perspectiva da clínica do ato. A segunda seção comporta um duplo objetivo: completar a análise das teses desenvolvidas com elementos que precisaram estrategicamente ficar de fora e preparar o terreno para a introdução da casuística. Finalmente, a terceira e última seção apresenta um fragmento de caso que, a nosso ver, ilustra muito bem a conexão entre a teoria e a clínica do ato.

De posse do mapa do capítulo, iniciemos nossa jornada.

### **3.1.1. Todo ato implica um correlato significativo**

Lacan inicia o seminário sobre *O Ato Psicanalítico* com uma revisão de algumas concepções teóricas a respeito do que se chama, pelo termo geral, a ação. Se ele parte daí, é com o propósito de realizar uma “operação de varredura”<sup>3</sup> nesse vasto e confuso terreno a fim de, então, poder situar o ato, estabelecendo seu limite em relação à ação.

Depois de considerar e criticar as teorias empiristas e biologistas que explicam a ação a partir dos paradigmas do arco reflexo e da descarga da tensão, Lacan se pergunta por que a teoria psicanalítica manifestou e ainda manifesta uma inclinação tão grande a tomá-los como apoio, concluindo que não está em posição de situar o ato em relação a nenhum dos dois modelos. Pelo contrário, diz ele, “impõe-se precisamente distinguir de saída o ato da motricidade” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67).

Para Lacan, portanto, o ato está longe de corresponder a uma resposta do organismo – seja da ordem do reflexo ou da descarga da tensão - aos estímulos que se lhe endereçam. Entretanto, se ele pode aproveitar alguma coisa desses modelos, isso é condicionado a seu próprio ato de transpor o conceito de resposta à dimensão significativa. Ao afirmar que “não há ação alguma que não se apresente, de saída e antes de mais nada, com uma ponta significativa” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68), Lacan faz mais do que lançar luz sobre a confusa imbricação que costuma haver entre o ato e a ação. Esta ponta significativa de toda ação, segundo ele, é justamente o que caracteriza o ato, cuja eficiência não tem nada a ver com a eficácia de um fazer.

---

<sup>3</sup> Essa expressão é do próprio Lacan. Cf. Lacan, 1967-68, lição de 15/11/67.

Esse é, então, o primeiro ponto a ser esclarecido e trabalhado por Lacan quanto ao tema em questão: o ato não equivale à ação realizada, caracterizando-se, antes, por suas coordenadas simbólicas. “Pois na dimensão do ato vem à baila [...] a inscrição em algum lugar, o correlato de significante que, na verdade, não falta jamais no que constitui um ato” (Lacan, 1967-68, lição de 15/11/67). Logo, na medida em que há ato, que se mistura à tarefa (ação) que o sustenta, trata-se, para Lacan, de uma intervenção propriamente significativa.

As formulações reunidas em torno dessa primeira tese ratificam de forma contundente o que, em seminários anteriores, Lacan já havia dito - de maneira mais dispersa talvez - a respeito do ato. Isso se torna evidente, por exemplo, quando ele afirma nesse seminário que “o ato é, por sua própria dimensão, um dizer” (Lacan, 1967-68, lição de 17/01/68), ou seja, o ato realiza um fato. Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, essa concepção está presente desde o começo do seu ensino. Aliás, essa constitui a descoberta freudiana, por excelência, em relação ao ato falho e ao ato sintomático.

Ninguém menos que Freud, desde sua investigação em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, atenta para o que costumava passar despercebido, a saber, que tudo que diz respeito à ação equivocada, à ação acidental ou sintomática concerne à dimensão do que Lacan virá a nomear como simbólico, constitutiva de todo ato. Se o ato

toma seu valor, sua articulação de ato significativo com relação ao que Freud então introduz como inconsciente, certamente não é porque ele se apresenta, se coloque como ato. É totalmente o contrário. [...] Este ato vai colocar seu sentido precisamente no que se trata de atacar, de abalar, seu sentido ao abrigo da inabilidade, da falha (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67).

Contudo, mesmo depois de Freud trazer a idéia de que a falha é apenas um abrigo atrás do qual se dissimulam os atos propriamente ditos, continua-se, segundo Lacan, “a pensá-los em função da falha, sem dar um sentido mais pleno ao termo ato” (Lacan, 1967-68, lição de 29/11/67). Essa será, então, uma de suas ambições nesse seminário: esclarecer o que é o ato, fazendo recair sobre ele a

ênfase de sua abordagem<sup>4</sup>. Já se entrevê, então, o novo enfoque que Lacan dará a esse tema logo no começo do seminário, quando ele deixa claro que o essencial do lapso, do ato falho, do ato sintomático, está na sua “face de ato” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67). O que isso significa?

Lacan deixa muito claro que o ato é um fato, um feito, que se inscreve como significante. Contudo, o correlato de significante que caracteriza o ato não dá conta “do todo” do ato, pois há nele um aspecto que não se deixa apreender pelo significante. Pode-se dizer que esse aspecto é justamente a ocorrência do ato, sua existência como tal. Uma vez que um gesto é executado ou uma fala é proferida, é estruturalmente impossível, por mais que se tente, eliminar o registro do que ali surgiu como ato, seja ele falho ou não. Pois, se de um lado, o significante inscreve, faz e refaz sentidos e significados<sup>5</sup>, de outro, ele não dispõe do fato do ato ter ocorrido, ainda que possa atenuá-lo, consertá-lo, disfarçá-lo, ressignificá-lo, etc.

O ato, portanto, não é todo permeável ao significante e o que escapa a ele é o que Lacan denomina de “face de ato”. Não se trata de dividir o ato em duas faces, uma face significante e uma face de ato “propriamente dito”, mas de marcar que há um aspecto do ato que “não se deixa reabsorver em seu valor significante” (Allouch, 1997: 340).

### 3.1.2. O Outro está no horizonte do ato

Lacan lançará mão de um evento histórico que, por exemplificar tão bem pelo menos três aspectos fundamentais do ato, ganha um estatuto paradigmático em seu ensino. Trata-se do célebre episódio em que César atravessa o rio Rubicão<sup>6</sup>. O primeiro ponto que se destaca do exemplo concerne ao que identificamos acima como a primeira tese: o valor de ato dessa travessia não está na ação realizada por César, no seu esforço físico, mas no seu caráter significante.

<sup>4</sup> Lacan afirma que tem duas ambições em relação ao ato psicanalítico. A primeira, mais longa, consiste em esclarecer o que é o ato, enquanto que a segunda, segundo ele, a mais curta e a melhor, visa saber em que consiste o ato do psicanalista. Cf. Lacan, 1967-68, lição de 17/01/68.

<sup>5</sup> Cf. Barros, 2005: 90.

<sup>6</sup> Em 49 a.C., o general romano Caio Júlio César atravessou o rio Rubicão com seu exército, transgredindo a lei do Senado que determinava o licenciamento das tropas toda vez que o general de Roma entrasse na Itália pelo norte. Este ato foi uma declaração de guerra contra Pompeu, que detinha poder sobre Roma. César sabia que seu ato não tinha volta: ou ele e seus soldados tomavam a cidade, ou Pompeu os destruiria. Seu ato acabava de transformar o rumo da história.

Afinal, “ultrapassá-lo era entrar na terra-mãe. A terra da República, aquela que abordar era violar” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

Essa citação de Lacan coloca em destaque um segundo aspecto desse gesto simbólico de César: seu ato realiza a ultrapassagem de um limiar sancionado pela lei, produzindo um efeito de ruptura. Depois de atravessar o limite que o Rubicão demarcava, ou seja, de ultrapassar as coordenadas simbólicas que regiam as leis da época, César não será mais o mesmo. Seu ato inscreve necessariamente um antes e um depois, devido à transformação que ele efetua. Logo, entre o antes e o depois, há a ruptura causada pelo ato, da qual trataremos adiante.

O exemplo do Rubicão comporta ainda uma outra tese de Lacan a respeito do ato. Ei-la: não há ato sem o Outro. Ainda que essa tese seja um desdobramento da primeira, uma vez que não há intervenção significativa que não se dê no campo do Outro, há nela uma nuance fundamental introduzida por Lacan que julgamos indispensável ressaltar: “a dimensão do Outro, na medida em que o ato vem testemunhar algo, não é mais eliminável” (Lacan, 1967-68, lição de 17/01/68).

Por ora, daremos menos importância à dimensão indelével do Outro do que à idéia do testemunho do ato no Outro, apesar de essa oração depender daquela para obter seu sentido pleno. Vamos demonstrar aqui que o ato, para se constituir como tal, precisa ser testemunhado e recebido pelo Outro. Primeiramente, procuraremos esclarecer, portanto, em que consiste esse testemunho e, com esse propósito, recorreremos a Aimée.

Vimos que o efeito resolutivo da passagem ao ato de Aimée não adveio da circunstância de seu ato propriamente dito - ou seja, não houve nenhum tipo de alívio ou de transformação em seu comportamento imediatamente após o atentado cometido contra a atriz - mas constituiu-se *a posteriori*, depois que esse ato ganhou um determinado lugar no Outro. Pode-se dizer que a condição para que o esfaqueamento produzisse o efeito esperado do ato só se realizou tempos depois, quando esse ato teve - do ponto de vista de Aimée - uma certa repercussão no Outro. Mas em que consiste essa repercussão no Outro? Por que ela se dá *après-coup*, e não no momento consecutivo à realização do golpe<sup>7</sup>?

---

<sup>7</sup> Essa expressão vem bem a calhar aqui, pois, enquanto *après coup* quer dizer *a posteriori*, *coup* significa golpe, ferida.

Situando o caso Aimée, ou melhor, o caso Marguerite<sup>8</sup>, como um caso de loucura a dois, Allouch defende a tese - entre muitas outras que ele desenvolve em seu minucioso trabalho sobre o tema - de que a cura de Marguerite sobrevém no instante preciso em que ela toma conhecimento que seu ato teve uma forte incidência sobre sua mãe, com quem sua loucura era compartilhada. Marguerite só terá podido colocar seu delírio em reserva – tal lhe parece ser, o estatuto da cura nesse caso – ao saber que sua mãe, Jeanne, reagiu efetivamente à advertência que ela lhe dirigira através da passagem ao ato contra a atriz. E isso se deu exatamente vinte dias depois do atentado.

Jeanne terá sabido, para terminar, até onde Marguerite estava disposta a chegar para lhe significar sua recusa de jogar o jogo de sua loucura, até o ato possivelmente matricida. E Marguerite terá sabido que Jeanne o soube. Isso terá bastado para que Marguerite, mesmo não se desprendendo plenamente de sua loucura a dois, possa pôr seu delírio em reserva (Allouch, 1997: 352).

Não exporemos aqui os preciosos detalhes que compõem a explicação dessa tese, mas ressaltaremos o caráter da advertência – advertência do sujeito ao Outro - que Allouch preconiza como fundamental no que se refere ao efeito de ato da passagem ao ato. Convém observar que, já em 1932, Lacan havia reconhecido na passagem ao ato o valor de advertência que será retomado por ele em 1967-68. Apesar de não o ter aplicado à última passagem ao ato de Aimée – o que Allouch não deixará de fazer - em relação às primeiras, Lacan afirmara que

é muito freqüente que depois de um período não apenas dubitativo, mas também longânime, os sujeitos cheguem a reagir. Mesmo esta reação, como aparece em nossa doente, terá inicialmente um caráter ele próprio demonstrativo, um valor de advertência, que deve muitas vezes permitir que se evitem os episódios mais graves, o que, como vimos, teria certamente podido ser feito com nossa paciente (Lacan *apud* Allouch, 1997: 338).

A questão é que o atentado contra a atriz, que consistiu na passagem ao ato de Marguerite, parece ter tido exatamente esse caráter de advertência, evitando um ato mais grave, evitando o pior, a saber, um ato infanticida ou um ato matricida.

---

<sup>8</sup> Jean Allouch parte do princípio de designar Aimée pelo seu próprio nome: Marguerite Anzieu. Como “primeira marca de uma outra apresentação do caso” (Allouch, 1997: 9), decide nomeá-lo como o caso Marguerite.

Esse caso nos mostra que há uma distinção a ser estabelecida entre o corte feito na mão da atriz e o furo produzido no Outro, pois, como vimos, é somente vinte dias depois de realizada, que a passagem ao ato de Aimée gera efeito de ato: produz furo no Outro ao mesmo tempo que permite o sujeito encontrar um novo lugar nele. O segundo momento não coincidiu com o momento da passagem ao ato propriamente dita, ainda que sua realização tenha sido condição *sine qua non* para produzir o efeito, mesmo que tardio, de ato.

Devemos considerar também, se quisermos ser coerentes com a linha de apresentação do caso exposta no capítulo anterior, um outro fator que pode ter produzido esse efeito de ato da passagem ao ato. Trata-se do fato de Aimée ter percebido que seu ato teve, de fato, grande repercussão no Outro: deu um lugar de destaque a ela nas principais publicações. Seu nome, estampado em todos os jornais a partir do atentado contra a atriz ganha, então, um novo lugar no Outro. Ela agora era publicada de uma outra maneira e isso pode ter produzido, juntamente com a notícia de que sua mãe sucumbiu diante do fato, o efeito de advertência em questão.

Isso tudo parece mostrar que os efeitos de uma passagem ao ato não se produzem necessariamente no mesmo momento em que ela se realiza. Nada impede, no entanto, que assim seja. O ato terá efeito resolutivo na hora se, no mesmo momento em que ele se realizar como corte, ele for testemunhado e reconhecido pelo Outro. Voltemos, ainda, ao Rubicão para conquistar alguma clareza sobre o que seria o testemunho do Outro.

Se esse córrego, denominado Rubicão, não estivesse situado em determinado lugar no contexto da cultura, a ação de atravessá-lo não se constituiria como ato. A cultura define previamente o que é o Rubicão. Então, quando César o atravessa, ele realiza um ato. Mas, só há ato porque o transposição desse córrego causa efeito no contexto da cultura. Dividindo em dois tempos isso que, no caso de César, se dá em um momento só, teríamos: no primeiro tempo, a travessia do córrego como uma ação e, no segundo, a leitura que dele é feita, ou melhor, a leitura feita pelo sujeito da leitura que dessa ação o Outro dá seu testemunho, com o que, e somente, ganha a ação seu valor de ato.

Isso que com César se comprime em um tempo só, com Aimée se passa em dois tempos. Primeiro há pura passagem ao ato; o ato só se configura depois, quando ela, finalmente, constata e experimenta seu efeito no Outro. Em ambos os

casos, o ato tem uma grande repercussão no contexto social e cultural: o ato de César teve um grande alcance na história, o ato de Aimée ganhou um relevante espaço na mídia. Entretanto, a incidência do ato no Outro não precisa ter, necessariamente, esse caráter evidente e público. O Outro representa a cultura, o social, de um modo particular para cada sujeito. Logo, não há nenhuma evidência a respeito do que produzirá efeito de ato no Outro, pois o Outro é, para cada um, um. O importante é que, como efeito de ato, a alteridade que o Outro representa está sujeita a se transformar, assim como o próprio sujeito.

### 3.1.3 No instante do ato, não há sujeito nem Outro

Ora, demonstrada a tese de que não há ato que não se dê no horizonte do Outro, teremos agora que defender sua antítese, de que no ato não há sujeito nem Outro? De certa forma, sim. De outra, não. Procuraremos dar conta aqui das seguintes afirmativas: “uma dimensão comum do ato é a de não comportar, no seu instante, a presença do sujeito” (Lacan, 1967-68, lição de 29/11/67) e “o ato é sem Outro” (Lacan *apud* Brodsky, 2004: 200). O conceito de objeto *a* será o fio condutor que nos permitirá abordar as oposições entre ato e sujeito e entre ato e Outro. Na realidade, veremos que basta demonstrar uma delas, para que a outra seja imediatamente elucidada. Partiremos, então, da primeira oposição.

De saída, convém assinalar que essa tese está referida à ligação estrutural do ato com a temporalidade. Um ato se realiza num instante. Esse é o seu tempo lógico de ação. A temporalidade do ato encontra-se no corte que ele instaura, na surpresa de seu acontecimento, no efeito de novidade que ele produz. Depois dele, nada pode ser como antes, pois ele implica necessariamente um corte fundamental com o que o precede. Logo, se o ato entra na repetição, seu caráter de ato desaparece, pois nada se opõe mais a ele do que a temporalidade de duração. É precisamente no instante do ato, nem antes nem depois dele, portanto, que não há sujeito nem Outro. E se defendemos que o Outro está no “horizonte” do ato, certamente não quisemos dizer que o instante do ato é marcado pela presença do Outro. Quanto ao sujeito, veremos adiante que é após o ato que ele reaparece, com sua presença renovada.

No instante do ato, o que se faz presente é o objeto *a*. Já nos é bem familiar a concepção de Lacan de que a presença do objeto *a* na cena implica o

ofuscamento do sujeito, do desejo, ou seja, do sujeito do desejo. Sujeito e objeto *a* estabelecem, entre si, uma relação de alternância: quando um está presente, o outro se ausenta. Isso porque, recapitulando, o objeto *a* só é causa de desejo através da falta que sua ausência instaura. Nesse seminário, Lacan reafirmará a função da causa de forma muito clara.

O sujeito depende desta causa que o faz dividido que se chama objeto *a*, eis quem assina o que é importante de ser sublinhado: que o sujeito não é causa de si, que ele é consequência da perda e que seria preciso que ele se colocasse na consequência da perda, a que constitui o objeto *a*, para saber o que lhe falta (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

E mais: em relação ao tema central desse seminário, Lacan conferirá ao objeto *a* um *status* especial.

O objeto perdido inicial de toda a gênese analítica, esse que Freud martela em toda sua época do nascimento do inconsciente, ele está aí, esse objeto perdido, causa do desejo. Teremos que vê-lo como no princípio do ato (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

Se a ausência do objeto é condição para o sujeito ser causado em seu desejo, sua presença, ao contrário, não só impossibilita o desejo, como provoca o mais pungente dos afetos: a angústia. No seu apogeu, a angústia - como sinal da supremacia do objeto *a* na cena- acarreta a exclusão do sujeito, ou seja, ela se dá no horizonte do sem sujeito. O ato, por sua vez, sendo o “único correlato polar do lugar da angústia” (Lacan, 2005: 344), também é, portanto, no fulgurar de seu instante, sem sujeito.

Não podemos deixar de nos referir aqui à conexão entre ato e angústia que Lacan estabelece no seminário X, ao afirmar que a ação retira sua certeza da angústia. “Agir é arrancar da angústia a própria certeza. Agir é realizar uma transferência de angústia” (Lacan, 2005: 88). Vê-se delineada, dessa forma, uma relação intrínseca entre o ato e a certeza que se engendra a partir da angústia. Vimos anteriormente que “estritamente a angústia, único afeto que não engana, traz a certeza do objeto” (Vidal, 1993: 216). Como a essência do ato advém da angústia, é o objeto, o *a*, que aciona - sem a menor sombra de dúvida - o ato,

transferindo para ele sua certeza. Parece, então, que o objeto *a* está na origem do ato.

Passado seu instante, ou seja, depois que o ato, impulsionado pelo objeto *a*, efetua uma transformação da angústia, o sujeito pode reaparecer na cena de outro modo, renovado. Daí, a chance de podermos afirmar que o ato constitui-se, apesar das nuances que caracterizam suas diferentes formas de expressão, como um remanejamento da causa.

Agora será mais fácil mostrar que no instante do ato também não há Outro, pois, “o Outro é um campo marcado pela mesma finitude que o próprio sujeito” (Lacan, 1967-68, lição de 28/02/68). Não é só o sujeito que tem sua possibilidade de existência condicionada à subtração do objeto *a* como falta. Com o esquema da divisão *e*, subseqüentemente, com as operações de alienação e separação, demonstramos que sujeito e Outro constituem-se no mesmo processo em que o objeto *a* se destaca, necessariamente, de ambos<sup>9</sup>. A existência do Outro também depende da operação de extração desse objeto. Logo, no instante em que ele volta a se apresentar, o Outro, assim como o sujeito, tem sua possibilidade de existência aniquilada.

Vê-se, assim, que não está em questão, entre o sujeito e o Outro, a disputa pela autoria do ato. Isso porque, no instante do ato, não há sujeito nem Outro. O que está em causa nele é a certeza do objeto *a*. É no só depois, após o corte que o ato produz, que há, então, a reconfiguração do Outro e a realocização do sujeito. Aí sim, no *a posteriori*, o sujeito pode e deve se haver com seu ato.

### **3.1.4. O sujeito reencontra, após o ato, sua presença renovada**

Essa tese, que já havíamos anunciado acima, é, na realidade, proferida por Lacan em relação à passagem ao ato. O que ele afirma é o seguinte: “a passagem ao ato é aquilo além do que o sujeito reencontra sua presença como renovada, mas nada mais” (Lacan, 1967-68, lição de 29/11/67). Além de procurar entender o teor dessa tese de Lacan em sua formulação original, temos aqui o propósito de demonstrar como essa afirmativa pode ser estendida ao ato, uma vez que a

---

<sup>9</sup> A esse respeito, ver o primeiro capítulo desta dissertação.

passagem ao ato e o ato - no que pese a radical diferença que os separe - têm a mesma estrutura.

Os significantes que Lacan utiliza nesse enunciado – “presença” e “renovada” – referem-se aos efeitos produzidos pela passagem ao ato naquele que está em causa aqui: o sujeito. Começamos então com o que há de novo, de renovado, nesse momento pós-ato, nesse além da passagem ao ato.

Lacan, para dar ao ato o seu sentido pleno, este do qual ele parte, “este que vale desde sempre, relativo ao estatuto do ato” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67), nomeia dois adjetivos que o qualificam: novo e inaudito. O ato constitui-se como um verdadeiro começo, justamente no que esse começo tem de novidade, de marca inaugural. Ele “é ligado à determinação do começo, e muito especialmente, ali onde há a necessidade de fazer um, precisamente porque não existe” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68). Para Lacan, é aí que reside sua verdadeira estrutura.

Essa idéia se coaduna bem com a questão levantada por ele, em dois momentos diferentes do seminário, a respeito da localização e do valor do ato. Ele se pergunta se o valor do ato está no momento de sua realização ou no momento em que a leitura desse ato é realizada.

[...] o ato estaria no momento em que Lenin dá tal ordem, ou no momento em que os significantes deixados no mundo dão a um determinado acontecimento numa estratégia, seu sentido de começo já traçado? Algo onde a consequência de uma certa estratégia poderia vir a tomar seu lugar, e nele tomar seu valor de signo... (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

Dito de outra forma, “se o ato está na leitura do ato, isso quer dizer que esta leitura é simplesmente superposta, e que é do ato reduzido *nachträglich* (*a posteriori*) que ela toma seu valor?” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67). Segundo Lacan, é necessário que o ato contenha já em si qualquer coisa que o prepare para esse acesso que “realizará sua plenitude de ato, mas *a posteriori*” (Lacan, 1967-68, lição de 22/11/67). Essa é a sua resposta.

Através de um trecho do poema de Rimbaud intitulado *Por uma Razão*, Lacan pretende ilustrar como no terreno do ato há uma certa ultrapassagem que poderia se chamar, segundo ele, “suscitar um novo desejo” (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68). O advento de um novo começo, a idéia de inauguração, de

ultrapassagem de um certo limite, estão, de fato, bem expressos nesse poema que, segundo Lacan, “é a fórmula do ato”<sup>10</sup>. Ainda que não insista quanto a isso, não podemos deixar passar despercebida a ligação - positiva, digamos assim – que ele estabelece, a partir dessa fórmula, entre ato e desejo.

Será então que, assim como no contexto da tese anterior identificamos uma relação de causalidade entre o objeto *a* e o ato, podemos afirmar que aqui também é a causalidade que conecta ato e desejo? Teria o ato a função de remanejar a causa do desejo, através do corte que ele produz? Se isso procede, há um percurso lógico desencadeado pelo objeto *a* que, esquematicamente, poderia ser dividido em quatro tempos: 1º) a angústia surge, desprovida de causa, mas não de objeto; 2º) a certeza engendrada pelo objeto da angústia – o objeto *a*- impulsiona o ato; 3º) o ato aplaca a angústia e, simultaneamente, reativa o desejo; 4º) a função da causa volta a se exercer, suscitando um novo desejo.

Logo, a tese aqui em questão nos faz crer que o ato, no fim das contas, produz o efeito de resgatar a presença do sujeito do desejo – anulada no instante do ato – mas, depois dele, necessariamente renovada. O que caracteriza e define um ato, como já vimos, é a mutação que ele produz no sujeito. O sujeito após um ato já não é o mesmo que antes dele. Vejamos, a partir de outra afirmação de Lacan, como essa transformação não é exclusiva da passagem ao ato, uma vez que é ela, justamente, que define o ato psicanalítico.

O ato psicanalítico, portanto, tal como se apresenta, é de natureza [...] a nos permitir trazer alguma luz sobre o que é do ato, [...] já que ele funda o homem a princípio, ou melhor, o refunda, ou o refunda a cada vez que o ato em questão, o ato simplesmente, o ato que não nomeio, tem lugar...o que não acontece com frequência (Lacan, 1967-68, lição de 20/03/68).

A partir do corte que o ato instaura, torna-se irreversível o caráter de renovação e de transformação que ele produz no sujeito. Essas características são essenciais, portanto, para que um ato - seja ele passagem ao ato ou não - seja qualificado como tal. Nem todo ato é passagem ao ato, mas toda passagem ao ato

<sup>10</sup> Reproduziremos aqui o trecho do poema de Rimbaud citado por Lacan:

*“Um golpe de teu dedo sobre o tambor descarrega todos os sons e começa uma nova harmonia.*

*Um passo teu é o levantamento de novos homens e a hora em marcha.*

*Tua cabeça se desvia, o novo amor.*

*Tua cabeça se volta, o novo amor”* (Lacan, 1967-68, lição de 10/01/68).

tem a estrutura do ato. Tanto o ato analítico quanto a passagem ao ato pertencem ao cenário em que se dá a suspensão de toda a ordem prévia pela irrupção do objeto *a* e a reconstituição conjunta de sujeito e Outro sob o signo do inaudito, do renovado e do recomeço.

### 3.1. 5 Todo ato, exceto o suicídio, é falho

Nosso objetivo aqui é - através da tese de Lacan de que todo ato é, em última instância, falho - desconfiar do caráter negativo e destrutivo com o qual a passagem ao ato é - inclusive no campo psicanalítico - identificada. No seminário *O Ato Psicanalítico*, assim como no conjunto de seu ensino, Lacan não facilita nem favorece esse tipo de leitura. Através do que foi desenvolvido nas teses anteriores, chegamos à concepção de que o ato se caracteriza, essencialmente, pela ruptura que ele efetua. Contudo, se essa concepção do ato como corte é tomada de forma isolada, fora do contexto que a sustenta, corre-se o risco de interpretá-la no sentido de que o ato é algo que, necessariamente, tem que aniquilar, ferir, destruir, matar. É assim que a passagem ao ato, sobretudo, costuma ser concebida.

Se até então o caminho que percorremos serviu para demonstrar que o corte que o ato produz compõe uma das faces que o identifica, agora, acompanharemos Lacan na tese - à primeira vista oposta a essa concepção - de que todo ato fracassa como corte, exceto o suicídio. Mais uma vez, parece que deparamos com a tarefa de sustentar a antítese a uma tese anteriormente defendida. Veremos, no entanto - também mais uma vez -, que a contradição é apenas aparente.

Primeiro, precisamos fornecer alguma clareza à idéia de que todo ato é falho, para, em seguida considerarmos o suicídio como exceção à regra. Podemos abordar essa tese tanto pela concepção do ato como um fato significativo, quanto pela concepção do ato como ruptura. Vejamos.

Do lado do significativo, não há qualquer garantia de que um ato, ainda que considerado bem sucedido, não comporte uma intenção diferente ou mesmo oposta à que o moveu. Por mais que o ato não provoque *a priori* dúvida sobre seu triunfo, necessariamente ele falha, segundo Lacan, na medida em que jamais tem assegurada a verdade de sua motivação. Nesse sentido,

todo o ato, mesmo quando não porta esse pequeno indício de malogro, não deixará de cair exatamente sob o mesmo domínio; ou seja, pode ser levantada a questão de uma outra verdade que não a desta intenção (Lacan, 1967-68, lição de 06/12/67).

Pelo caminho do significante chegamos novamente ao ponto de partida da descoberta freudiana, ou seja, de que o sucesso dos atos se encontra na falha deles. “Isso não quer dizer entretanto que a reciprocidade se estabeleça e que toda a falha, em si, seja signo de algum sucesso, digo sucesso do ato” (Lacan, 1967-68, lição de 06/12/67). De todo modo, o significante não pode assegurar a verdade última - supondo que ela existisse - do ato. Ainda que um significante produza um certo efeito de corte - como bem nos mostram certos chistes, atos falhos, etc. -, necessariamente ele se agrega a outros significantes formando novos e numerosos sentidos que fazem fracassar a idéia de um corte derradeiro.

Através da concepção de ruptura do ato, temos um outro enfoque da mesma questão. Pode-se afirmar que o ato é sempre fracassado pelo simples fato de ele não poder realizar uma ruptura absoluta. No momento em que ele enceta a ruptura, imediatamente, ele é reinserido no Outro. Podemos dizer que ao corte produzido pelo ato segue uma costura no Outro. Como vimos, o Outro está no horizonte do ato. Isso quer dizer que todo ato encontra, inevitavelmente, uma inscrição no Outro, o que faz com que a própria idéia de corte absoluto fracasse.

Por isso Lacan diz que “o suicídio é o único ato capaz de ter êxito sem qualquer falha” (Lacan, 2003 [1974]: 541). Ele é o único ato que realmente foi ao fim do corte que ele implica, que decreta uma ruptura definitiva. Depois dele, o sujeito não reencontra sua presença como renovada, pois não há mais sujeito, não há mais Outro; é o fim de tudo.

Segundo Allouch, o fato de Lacan ter respondido negativamente à possibilidade de haver um ato que realiza em si mesmo sua plenitude de ato dá ao conceito de ato psicanalítico toda sua pertinência<sup>11</sup>. O ato analítico também é fracassado, pois quando ele opera a ruptura, essa ruptura é recebida no Outro, recolhida e integrada no corpo social. Lacan atribui ao conceito de ato analítico as duas características que Freud havia destacado em relação ao ato falho: o aspecto

---

<sup>11</sup> Cf. Allouch, 1997: 341.

significante e o aspecto de fracasso do ato<sup>12</sup>. Logo, parece mais pertinente, segundo Allouch, falar das diferentes espécies de fracasso do que do sucesso absoluto do ato que, como vimos, só o suicídio pode realizar.

Assim, na medida em que os conceito de ato analítico e de passagem ao ato são equiparados - pelo corte que ambos efetuam, pelo fracasso desse corte como corte absoluto e por sua dimensão significativa – a diferença entre essas duas modalidades de ato deve ser buscada em outro lugar. De todo modo, dado que todo ato é em última instância falho e dado que a reputada negatividade da passagem ao ato – exceto no êxito do suicídio – está de algum modo ligada ao seu triunfo como ato, podemos nos sentir autorizados a repensar, à luz do princípio do manejo clínico, o estatuto e o valor da passagem ao ato “falha”. Considerando que a passagem ao ato, assim como o ato, é, mesmo e talvez justamente na medida de seu fracasso, sempre princípio de uma mutação no sujeito, fica provisoriamente suspensa a idéia essencialmente negativa e razoavelmente difundida no campo psicanalítico de que ela comporta o princípio do aniquilamento do sujeito.

### **3.2. Da Impossibilidade do Saber à Passagem ao Ato Falha**

A partir de alguns indícios da reabsorção do conceito de passagem ao ato no conceito de ato psicanalítico e da definição de Lacan do ato analítico como uma passagem ao ato esclarecida ou advertida<sup>13</sup>, Allouch interroga-se a respeito do que operaria a diferença entre esses conceitos, se é que ela ainda existiria (Allouch, 1997: 345). Segundo ele, em nenhum outro momento do ensino de Lacan como esse do seminário XV, a passagem ao ato foi tão claramente situada como ato. O sujeito, dirá Lacan,

<sup>12</sup> A esse respeito, cf. Allouch, 1997: 341.

<sup>13</sup> Lacan utiliza as expressões “passagem ao ato esclarecida” e “sujeito advertido” ao se referir à transformação, efetuada pelo ato analítico, do psicanalista em psicanalista. Cf. Lacan, 1967-68, lição de 13/03/68. Allouch defende no lugar da expressão “passagem ao ato esclarecida”, a expressão “passagem ao ato advertida”, empregada por Lacan no contexto do passe, pois, “falar de ato esclarecido é tão perigoso quanto nomear um grande Outro” (Allouch, 2005: 344). Além do quê, assim formulada, ela lhe permite responder à questão da identificação dos conceitos de passagem ao ato e de ato. Utilizaremos, acompanhando ele, o termo “advertido”, como preferência ao termo “esclarecido”.

é advertido desta divisão constitutiva, após o que, algo se abre para ele que não se pode chamar de outra forma, nem diferentemente, do que de passagem ao ato, passagem ao ato digamos, esclarecida [...] (Lacan, 1967-68, lição de 13/01/68).

Dada essa caracterização do ato analítico, uma questão se coloca de imediato: não há mais distinção entre ato e passagem ao ato? Ou, a passagem ao ato, dividindo-se em duas, passaria a ter dois estatutos, a advertida e a não-advertida, sendo a primeira equivalente ao ato analítico?

Evitando “uma armadilha binarista do tudo ou nada na relação do sujeito com o saber” (Allouch, 1997: 345), Allouch defende a idéia de que a passagem ao ato não pode ser definida pela simples negação da passagem ao ato advertida. Para ele, não faz sentido falar de passagem ao ato não advertida - o que equivaleria a passagem ao ato cega, ignorante -, mas sim, de passagem ao ato com valor de advertência, sendo ela mesma a advertência em questão.

O sujeito que comete uma tal passagem ao ato também não é sem saber da sua importância, sua importância de advertência, e desse modo, com efeito, se vê sublinhada a face de ato da passagem ao ato, que é o que salta aos olhos, em primeiro lugar, à leitura sobre *O Ato Psicanalítico* (*loc.cit.*).

A distinção entre passagem ao ato advertência e passagem ao ato advertida se localizaria, então, segundo ele, na relação do sujeito com o Outro. Enquanto nesta o Outro apresentar-se-ia barrado, “reduzido ao essencial resíduo do saber e rejeitado como tal” (*loc.cit.*), naquela, mostrar-se-ia sem furo, sem brecha para o sujeito que “trata de uma certa maneira, na sua própria passagem ao ato, uma falha inaceitável de saber no lugar do Outro” (*loc.cit.*). Em ambos os casos, vemos que está em causa a relação entre saber e ato.

A diferença entre ato analítico e passagem ao ato é marcada de uma forma mais explícita por outros autores que não deixam de partir, também, de uma oposição entre o ato e o saber<sup>14</sup>. No instante de sua realização, o ato aniquila o saber.

<sup>14</sup> A esse respeito, conferir o livro de Graciela Brodsky *Short Story: os princípios do ato analítico* (2004) e os artigos de Neuza Santos Souza: *A Propósito do Acting Out* (1991) e *A Angústia na Experiência Analítica* (2005).

Que haja uma maior ou menor elaboração que fundamente e prepare o ato e que em alguns casos o suceda, isto em nada modifica a disposição estrutural que torna disjuntos saber e ato (Souza, 1991:6).

Sabemos que no ato analítico não se trata de fazer existir o que não há nem nunca haverá, mas, na medida em que o sujeito tenha chegado à realização da castração, “que ele execute um ato sabendo, com conhecimento de causa, que esse ato jamais o realizará, a ele mesmo, plenamente como sujeito” (Lacan, 1967-68, lição de 20/03/68). Evidenciando a inconsistência do Outro, a sua falha, o ato analítico levaria o sujeito a

revisitar e reformular sua relação com o saber ao preço, não da vida nem do sujeito, mas do saber suposto sujeito, ao sacrifício da miragem do sujeito suposto saber falsificado, essa ilusão tão cara – querida, custosa – ilusão que, acenando com o saber do Outro como fiador último, nos impede de inventar respostas, de verdadeiramente criar (Souza, 1991: 8-9).

Assim, enquanto no ato analítico o sujeito faz a experiência do saber como impossível, a passagem ao ato pode ser apreendida como uma recusa ao saber, como um não-querer-saber absoluto, que equivale, em última instância, a um não-querer-saber nada da impossibilidade do saber. Trata-se aí de uma tentativa de saída dos equívocos do pensamento e do jogo do significante<sup>15</sup>. Frente à impossibilidade que marca o saber, a passagem ao ato apresenta-se como uma forma radical de “não querer saber mais nada” (Miller, 2005: 75). Mas essa recusa, ela acaba consumando de dois modos possíveis. O primeiro, aquele em que a passagem ao ato alcança seu pleno êxito, isto é, somente no suicídio, ela “aniquila o discurso; inexorável, desata o laço social, diz não a todo saber” (Souza, 1991: 8)<sup>16</sup>. Mas no segundo, aquele em que ela falha – isto é, todas as vezes em que ela não consuma o ato suicida -, a recusa ao saber se manifesta na forma paradoxal de uma reiteração da falha estrutural do saber, falha essa de que o sujeito, na presente passagem ao ato, justamente “não quer saber”.

O que se observa aqui é que o modo específico de a passagem ao ato recusar o saber, qual seja, o não-querer-saber nada daquela impossibilidade do

<sup>15</sup> A esse respeito, cf. Miller, 1988: 53.

<sup>16</sup> Assinala-se que, nos termos acima transcritos, a autora se refere “em especial” ao ato suicida, mas, de um modo geral, à “passagem ao ato” enquanto tal.

saber - de que o sujeito do ato analítico justamente faz experiência em seu modo particular de recusa – acaba por implicar, pela via de uma tácita negação dupla, uma tácita afirmação do saber. Isso tem conseqüências importantes.

Uma vez que o sujeito venha a sobreviver à radicalidade daquele ato em que expressa sua recusa, ele se acha imediatamente às voltas não com sua recusa, mas com sua afirmação do saber. E no entanto, tão claro é que esse ato, em última instância afirmador do saber, falhou – afinal, eis aí o sujeito que não se suicidou -, que ela, passagem ao ato, como falha da afirmação do saber, pode se oferecer como uma via de acesso à experiência da impossibilidade do saber de que é testemunha o outro ato que rompe, a saber, o ato analítico. Em poucas palavras: no limite, encontram-se a vivência da impossibilidade do saber e a vivência – que de algum modo precisa deixar de ser tácita – da falha sobrevivente, a experiência do fracasso da dupla negação afirmadora do saber.

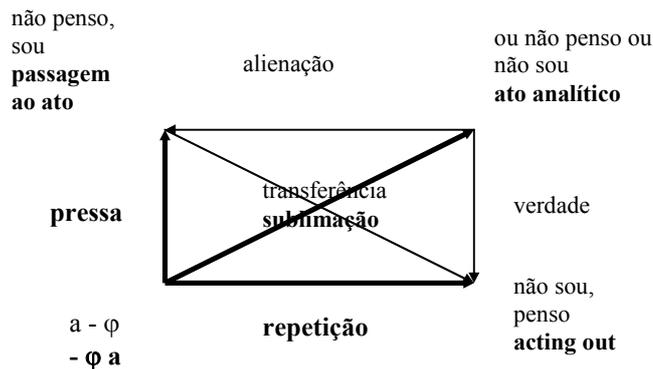
Num esquema trabalhado ao longo de seu seminário sobre *A Lógica da Fantasia* e retomado no ano seguinte em *O Ato Psicanalítico*, Lacan delinea sobre a estrutura matemática do grupo de Klein<sup>17</sup>, dois trajetos que dizem respeito ao percurso analítico. Vejamos em que medida esse esquema começa a oferecer alguma clareza acerca da conexão acima sugerida.

O primeiro trajeto implica num segundo, cujo ponto de partida é o ponto de chegada daquele. O segundo trajeto, que privilegiaremos por conta de sua estreita relação com a clínica do ato, tem a passagem ao ato e o *acting out* como elementos constituintes. Vejamos, a configuração de cada um deles<sup>18</sup>:

---

<sup>17</sup> O grupo de Klein é composto por vetores que descrevem certos percursos e desembocam em um produto, que resulta desse percurso. Aplicando as operações de oposição e inversão, pode-se voltar do produto ao ponto de partida. Com Lacan, esse é um dos princípios que é radicalmente modificado. Alcançando o produto, não tem como retroceder; não há reversão da direção. Ele utiliza o grupo de Klein de modo que ele se afine com a lógica do ato. A esse respeito, cf. Brodsky, 2004: 55.

<sup>18</sup> O segundo encontra-se em negrito. Apoiamo-nos aqui nos esquemas do livro de Graciela Brodsky. Cf. Brodsky, 2004.



Lacan concebe o estatuto do sujeito através de uma inversão do *cogito* cartesiano: o sujeito está situado entre o “não penso” e o “não sou”.

Numa existência marcada pelo paradoxo, confrontado a uma escolha forçada do vel alienante entre ‘ou eu não penso ou eu não sou’, o sujeito se inscreve no campo do Outro na primeira alternativa: ‘eu não penso’ (Vidal, 1993:219).

Trata-se, nessa alternativa, da alienação, escolha preferencial do sujeito em detrimento da verdade, alternativa rechaçada por ele. Na realidade, o que é rechaçado é o pensamento que conduz o sujeito à falta-a-ser, ou seja, o pensamento inconsciente. É pela via da transferência que a passagem da operação da alienação para a operação da verdade se efetua no percurso analítico. “Ninguém escolhe pensar para não ser, exceto se estiver sob transferência” (Brodsky, 2004: 72). Logo, a transferência é a diagonal que leva o sujeito de uma posição à outra.

Por se tratar de um grupo de Klein, há ainda o quarto canto do quadrângulo que “combina os resultados de cada operação, representando sua essência em seu resíduo” (Lacan, 2003 [1966-67]: 324). O vértice esquerdo inferior reúne, ou melhor, disjunta, os resultados da operação alienação e da operação verdade: a pulsão e a castração,  $a$  e  $- \square$ , respectivamente. A não conjunção entre esses elementos expressa a impossibilidade estrutural da realização da união sexual. Essa impossibilidade torna-se, então, ponto de partida do segundo movimento do grafo.

A primeira versão - “não existe ato sexual” (Lacan, 2003 [1966-67]: 326) - daquilo que se constituirá como um dos axiomas fundamentais do ensino de

Lacan- “não há relação sexual” – pode ser aí localizada. Será, portanto, a partir da inexistência do ato sexual, do saber que falta no inconsciente a respeito de “ como um homem se vincula a uma mulher” (Brodsky, 2004: 157) - que os outros elementos do segundo grafo farão sentido, já que seus vetores consistem em percursos que visam uma solução para o impasse expresso nesse vértice. No mesmo lugar do ato sexual que não há, do saber que aí falta, o sujeito responde com a construção da fantasia, através da qual ele procura fazer existir a relação sexual. A conjunção de um sujeito com um objeto ( $\exists & a$ ) é o único recurso disponível para fazer existir, de algum modo, o que é da ordem do impossível: não há saber que dê conta do sexual.

Em contrapartida, “a construção da fantasia, o impasse que ela significa, abre as portas para a dimensão do ato, e nem sempre da melhor maneira” (Brodsky, 2004: 104). A fantasia é o pano de fundo comum sobre o qual passagem ao ato e *acting out* vão se constituir. Ambos dizem respeito à relação do sujeito com o objeto. Essas modalidades de ato apresentam-se, então, “como duas maneiras de o sujeito confrontar-se com a estrutura de seu fantasma, dois modos de agir guiados pela urgência que a causa impõe” (Vidal, 1993: 221).

Passagem ao ato e *acting out* constituem – cada um a seu modo – respostas do sujeito, enquadradas pela fantasia, à inexistência de um saber que dê conta dessa impossibilidade estrutural. Já sabemos que essas respostas têm uma característica comum: elas falham como ato. Trata-se de considerar, então, como no percurso analítico, o ato pode falhar de uma maneira produtiva.

Se por um lado, no tratamento analítico não está em questão, em nome de uma suposta cura, a proscricção desses que se caracterizam como dois mecanismos fundamentais de o sujeito lidar com o objeto, a saber, a passagem ao ato e o *acting out*, por outro, não se pode conceder que eles orientem paradigmaticamente o manejo da clínica. É bem verdade que, como vimos, a concepção do ato analítico em termos de fim de análise, como a transformação do analisando em analista, o distancia da realidade do tratamento que se inicia. Contudo, considerando-o menos como um estado teleologicamente prometido do que como um marco regulador do tratamento, vemos que é para ele que aponta toda passagem que traz a marca da divisão do sujeito como algo que encerra sua verdade.

Se a passagem ao ato carrega essa marca, é porque a guarda na falha que é constitutiva do seu sucesso. Esse sucesso, convém registrar, não deve ser

entendido como o êxito suicida que “aniquila o discurso; (...) desata o laço social, diz não a todo saber”, mas sim como a conquista sobrevivente da oportunidade da falha. Na passagem ao ato que não tem êxito, a falha é a marca da oportunidade de uma experiência “tão próxima” do ato analítico quanto da dimensão da verdade do sujeito. Queremos designar com a expressão “passagem ao ato falha”, a essência clinicamente produtiva da passagem ao ato que não tem êxito. Vimos que a passagem ao ato expressa no seu movimento um não querer saber em que o que é recusado é o que chamamos de experiência da impossibilidade do saber, aquela mesma que traduz o ato analítico de transformação do sujeito. Vimos também que a *recusa* da vivência de uma *impossibilidade*, como negação dupla do sujeito suposto saber, como um não-querer não querer o saber, é a atitude que maximamente atesta a confiança do sujeito na sua não-verdade. Vimos finalmente que essa dupla negação afirmadora do saber é o ato que não tem êxito em toda passagem que, enquanto outra que não o suicídio, é necessariamente passagem ao ato falha. Nossa pergunta então é: o que tem o tratamento psicanalítico a ver com o caráter constitutivamente falho de toda passagem ao ato?

Temos motivos para acreditar na possibilidade de um tratamento que se oriente pela tarefa de fazer emergir para o sujeito o caráter necessariamente falho da sua passagem ao ato. E acreditamos que o caminho desse reconhecimento depende de que se consiga transferir ou abalar a certeza engendrada pelo objeto que impulsiona o ato, para que o ato falhe de uma maneira produtiva, a saber, trazendo em sua falha a dimensão da verdade.

[...]o saber, em certos pontos que podem certamente ser sempre desconhecidos, faz falha. E são precisamente esses pontos que, para nós, estão em questão, sob o nome da verdade (Lacan, 1967-68, lição de 29/11/67).

Mas sabemos também que a verdade do sujeito se localiza no que é, para ele, o objeto *a*. Pode-se presumir, então, que a passagem ao ato falha faz com que a verdade do objeto *a* – consistência lógica com a qual o sujeito faz existir o Outro - seja revelada.

Vimos que o objeto que causa angústia impede que o sujeito se mantenha no circuito do desejo. Quando o objeto se apresenta no circuito e a falta deixa de operar, o sujeito não pode mais traçar seu movimento impulsionado pela causa de

desejo. Vimos também que o *acting out* e a passagem ao ato nos mostram que há um excesso de causa que precisa ser retirado do circuito, e que é depois do ato que a função causa volta para o lugar. Ocorre entretanto que, no tratamento, o analista não pode nem contar com o advento contingente da experiência da falta nem com a *simples* passagem ao ato como o caminho para essa falta se fazer.

Sabemos que a aposta do analista deve ser num modo de encontro e delimitação do objeto *a* que se distingue essencialmente daquele modo de encontro que define a emergência traumática e angustiada da passagem ao ato. Sua intervenção pode propiciar que o objeto, esse em torno do qual o sujeito circula, se desenhe na cena da análise (sem ser pelo caminho do *acting out*). Uma vez que ele é localizado, pode-se inseri-lo numa montagem da qual fazem parte os outros objetos da história do sujeito, de tal forma que, na estabilidade dessa montagem, reconstitua-se o circuito do desejo. Nesse sentido, acreditamos que mais apropriado do que apostar no surgimento da falta ou “cavar a falta” (Rabinovich, 2004: 64) é criar as condições para que a revelação do caráter falho de uma passagem ao ato iminente ou já realizada, a ser localizado (evidentemente nos limites do manejo clínico) como fracasso da dupla negação afirmadora do saber, venha a ser experienciada justamente como um encontro “esvaziado” com o objeto *a* que está aí, em sua presença. Em poucas palavras a revelação da falha da passagem ao ato pode ser o mesmo movimento pelo qual o objeto *a*, consistência lógica mas também resto presente, é incorporado na história do sujeito precisamente como motor do circuito do seu desejo.

### 3.3. Entre um Ato e Outro

Apresentaremos aqui um fragmento de caso com o qual pretendemos trazer alguma confirmação clínica da conexão entre a falha da passagem ao ato e a verdade do sujeito localizada no que é, para ele, o objeto *a*.

“Na polícia ou você é herói ou carrasco, e eu virei carrasco de um dia para o outro”. Assim é formulado o sofrimento de um policial que procura atendimento por não conseguir “digerir uma injustiça” que sofreu em sua trajetória na Polícia Militar: acusado de “um ato que não cometeu”, passou uma ano confinado no xadrez de um batalhão da corporação até ser julgado e absolvido pela justiça.

O fato de ter ficado preso por algo que não fez passa a ser um divisor de águas em sua vida. Antes, “era respeitado porque exercia com afinco e determinação” qualquer missão que lhe era atribuída. Chegou a ser premiado em diversas ocasiões por seu excelente desempenho nos serviços prestados à corporação. Agora, acha que não pode mais trabalhar nas ruas porque perdeu a “fé pública”<sup>19</sup>. “Estou desautorizado como policial. Quem vai acreditar em mim depois disso? A minha palavra não vale mais nada”. Ainda que tenha sido absolvido, a marca da acusação não foi apagada. O registro da prisão consta em sua ficha disciplinar e compromete em boa medida sua carreira profissional. Outro motivo que o “impede” de voltar a trabalhar nas ruas, é “o estado de raiva incontrolável” que passou a lhe acometer em certas situações. Acredita que pode acabar “explodindo” com algum cidadão, caso “reviva uma situação de desrespeito, humilhação ou injustiça”. Desde que foi preso, passou a temer por seus próprios atos, já que em alguns momentos é “tomado por um descontrole” que o faz “perder a cabeça”. “Eu não era assim antes”.

Na prisão, “sentindo muita solidão e raiva pela humilhação sofrida, em vez de conversar com Deus, como a maioria das pessoas fazem nessas circunstâncias”, colocava-se diante do espelho e conversava com seu “simétrico” - imagem que representava esse lado irascível e descontrolado com o qual ele começava a conviver. “Essa era uma forma de sentir menos a solidão” e de poder dialogar com algo que passou a “se opor” a si próprio. Deixou de acreditar em Deus nesse momento, pois a idéia que tinha de um Deus que protege aqueles que agem corretamente “era incompatível com a injustiça que estava vivendo”.

Essa “terrível experiência” o levou a um questionamento sobre o “funcionamento do sistema, sobre as relações de poder, sobre as injustiças do mundo”. Diante disso, resolveu cursar uma faculdade, acreditando que “com conhecimento poderia evitar uma nova situação de humilhação e desrespeito”. No entanto, diz ter descoberto que “o conhecimento é uma desgraça, pois você começa a ver certas coisas que antes não via e passa a sofrer mais com o que está errado. Eu era mais feliz quando era cego, quando não me dava conta de que eu era apenas uma peça da engrenagem. Quanto mais eu sei, mais sofro por não

---

<sup>19</sup> Expressão corrente no ambiente da polícia militar, que designa a legitimidade de um ato de autoridade.

aceitar as injustiças do sistema”. Mesmo assim, orgulha-se de seu alto coeficiente de rendimento, de sua inteligência e de sua capacidade de “assumir uma posição de liderança”. Aliás, esses atributos lhe dão a convicção de que não é “doido”, pois “maluco é abobalhado e não raciocina”.

De volta ao trabalho na polícia militar, passou a exercer funções administrativas dentro do batalhão. Ainda que questionasse o modo de funcionamento “dessa engrenagem”, apontando suas desrazões e injustiças, continuava a se empenhar no trabalho, sendo reconhecido por todos pelo seu profissionalismo. Nos atendimentos, falava basicamente dessa experiência “não assimilada” e da mudança radical, ocorrida a partir dela, em seu jeito de ser e de reagir às situações. “Não me sinto mais pertencendo a esse mundo. Não há lugar para mim aqui”.

Estava há dois meses em tratamento – irregular - quando, um certo dia, apresenta-se no batalhão muito exaltado e com a arma na cintura, o que chamou a atenção dos colegas que sabiam que ele não costumava trabalhar nem andar armado. Um colega policial o traz à minha sala, depois de ter encontrado com ele uma folha de papel na qual podia-se ler uma única frase seguida de garranchos que a preenchiam até o fim: “Filha, hoje eu vou morrer”. Enquanto era desarmado, antes de entrar na sala, dizia: “eu vou matar eles”.

Encontrava-se visivelmente transtornado e já havia “perdido a cabeça”. Narra que por ocasião de um conflito familiar entre sua filha e sua mulher, a partir do que vinha se sentindo pressionado por ambas, foi tomado por um “acesso de raiva” que o levou a passar ao ato. Após haver deixado claro que estava disposto a acabar com tudo (com a vida delas e com a sua própria), perseguiu a mulher que, assustada, se refugiara na casa de seus pais. Disparou diversas vezes contra o portão da casa. Convencido de que seria preso por esse ato, dirigiu-se ao batalhão “disposto e decidido a matar” quem viesse prendê-lo. Chega nesse estado ao atendimento, decidido a “matar e morrer”, pois não tem mais nada a perder. Acaba por afirmar que deseja ser “preso justamente”, pois só assim poderia digerir a experiência de ter sido acusado por algo que não fez.

O ato cometido no âmbito familiar, que pôs fim ao casamento que ele tanto prezava (sabia que sua mulher haveria de abandoná-lo depois de tudo, o que se confirmou), aparecia não apenas como consequência de uma injustiça sofrida, mas como uma “possibilidade de reparo” dessa injustiça; mas ao preço de sua própria

vida. O ato que o priva da mulher, “sem mais nada que prende à vida”, leva a um segundo, que *faria jus a* marca que o condena: “então, que eu seja preso ou morto por algo que fiz”. A passagem ao ato insiste em afirmar o que quer silenciar. Como uma tentativa de saída dessa marca que condena, ela reitera essa marca, condenando o sujeito a sofrer os efeitos por ela provocados.

Entre um ato e outro, um realizado e outro na iminência de se realizar, recebo esse sujeito. Fica evidente durante o atendimento que o ato se apresenta na forma da “solução” por excelência ao impasse que embaraça e perturba o sujeito. Prestes a realizar uma passagem ao ato na sessão, ele acaba por me advertir que sua “capacidade de agir” não podia ser colocada em questão e que o manejo clínico exigia bastante cuidado. Tratava-se, nesse momento, de possibilitar uma passagem da certeza que leva ao ato à falha do ato como certeza, ou seja, de fazer vigorar alguma dúvida, surpresa, desconfiança (dele e não minha) que levasse o ato a falhar como a “solução”, possivelmente derradeira, para o impasse da angústia. Assim, depois de quase “cometer uma injustiça para ser preso justamente”, a certeza que impulsiona o ato é abalada pelo reconhecimento do fato de ser “justamente” nessa engrenagem, da qual ele “não passa de uma peça”, que ele pode confidenciar a alguém o diálogo que estabelece com “o simétrico”. Nesse momento se mostra com clareza que o endereçamento daquilo que “se opõe” a ele cria um intervalo entre a angústia e o ato.

Esse intervalo foi necessário e suficiente para afastar uma outra passagem ao ato e, também, para marcar o início do tratamento. Entre a angústia e o ato, entre a necessidade de um saber absoluto que dê conta de uma experiência traumática e a passagem ao ato, abre-se um espaço para que a falha opere em sua dimensão de verdade. Entre um ato e outro, entre uma falha e outra no saber que não dá conta “da injustiça sofrida”, encontra-se o sujeito que persiste – com regularidade e confiança, desde então – na tentativa de localizar possíveis saídas para o que se mostra, a princípio, sem saída.

Sem garantias, trata-se, a cada vez, a cada “ameaça”, a cada iminência, de trazer a dimensão falha da passagem ao ato, de falhar o ato que se apresenta como uma saída para a angústia desencadeada pelo objeto *a*. A certeza do “não tenho mais nada a perder”, boa tradução, aliás, para a angústia que leva ao ato, não deixa de se apresentar noutros momentos em que há um reencontro com o objeto - “uma peça da engrenagem” - que causa angústia. É desse objeto mesmo que a análise

deve tirar proveito, procurando delineá-lo, estabelecendo seu contorno, de tal forma que essa “peça fora da engrenagem” possa ser colocada em seu “justo lugar”. Assim sendo, o sujeito pode encontrar um lugar para si “nesse mundo”, entre todos os objetos que fazem parte da sua história.

No que diz respeito ao contorno do objeto *a*, não pode ser desconsiderada sua iniciativa de se agregar a uma outra “peça fora da engrenagem”, a uma “vítima da falha do sistema”. Como um ato “de justiça”, leva para morar consigo uma menina de rua que acabara de conhecer. Ela e seu filho, “produtos, restos do sistema capitalista”, foram acolhidos em sua casa, formando assim sua nova família. Ainda que ele afirme que, após o ato que lhe valeu o abandono da mulher, nunca voltará a amar alguém, pretende casar com essa menina a fim de garantir os direitos da polícia (pensão, serviço médico, etc.) para ela e seu filho. O novo compromisso firmado tem todas as características de uma volta a ter algo a perder, condição fundamental para estar no circuito do desejo novamente. O objeto *a* voltou ao seu “justo” lugar.